



GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº 052-14, DE 18 DE SETEMBRO DE 2014.

ALTERA REDAÇÃO DOS §§ 1º e 7º, DO ARTIGO 68 DA LEI MUNICIPAL Nº 1.599, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1988.

Art. 1º Os §§ 1º e 7º, do Artigo 68, da Lei Municipal Nº 1.599, de 20 de dezembro de 1988, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 68 – A base de cálculo do ISS é o preço do serviço.

...

§ 1º Quando se tratar de prestação de serviços sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, o ISS será calculado por meio de alíquotas fixas ou variáveis, em função da natureza do serviço ou outros fatores pertinentes, nestes não compreendida a importância paga a título de remuneração do próprio trabalho.

...

§ 7º No caso do § 1º deste artigo, a alíquota fixa será de:

I – cento e cinquenta por cento (150%) do valor da UPRM em vigor à nível superior;

II – cem por cento (100%) do valor da UPRM em vigor a nível médio;

III – cinquenta por cento (50%) do valor da UPRM em vigor para outros.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 18 DE SETEMBRO DE 2014.

GIL MARQUES FILHO
Prefeito



PROJETO DE LEI Nº 052-14, DE 18 DE SETEMBRO DE 2014.

JUSTIFICATIVA

Estamos enviando o presente projeto de lei para análise e aprovação desta Colenda Câmara de Vereadores.

A alteração do § 1º, do artigo 68 do Código Tributário Municipal (LM Nº 1599/1988), que inclui na forma de cálculo do tributo, o termo “variáveis”, servirá para corrigir uma falha existente na legislação municipal em relação à norma federal constante no Decreto-lei nº 406/68, que estabelece as normas aplicáveis aos impostos sobre serviços de qualquer natureza, no sentido que deixou de constar o termo na legislação municipal quando aprovada.

A atual redação do § 7º, é confuso e deixa dúvidas quanto à interpretação do dispositivo legal, sendo que para tornar claro e preciso o cálculo do imposto, inclui-se o valor de referência UPRM (Unidade Padrão de Referência do Município).

Outrossim, considerando que a inclusão da UPRM (Unidade Padrão de Referência Municipal, hoje fixada em R\$ 201,59, na formação da base de cálculo para a cobrança do imposto, incide o princípio da anterioridade tributária (CF. Artigo 150, III, b), motivo pelo qual a alteração somente poderá ocorrer efetivamente a partir de janeiro de 2015.

São estes os motivos que justificam a aprovação do presente projeto.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 18 DE SETEMBRO DE 2014.

GIL MARQUES FILHO
Prefeito